

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/graduacao>

esc@vm.uff.br

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

**Para uma Releitura Crítica do
Desemprego de Fatores no
Keynesianismo Ortodoxo**

Marcio Alvarenga Junior*

TD 296
Outubro/2013

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade tratar da possibilidade do desemprego de fatores segundo as teorias Velho-Keynesiana e Novo-Keynesiana, fornecendo uma abordagem crítica segundo os elementos propostos por Keynes e pelos Pós-Keynesianos. Ao demonstrar sob quais condições o desemprego emerge nas teorias Keynesianas ortodoxas e ao confrontá-las com a abordagem da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda para a derivação nível de emprego da economia, buscar-se-á responder se a adjectivação de Keynesianos é de fato adequada para estas teorias. A resposta que se espera encontrar é que o termo Keynesiano cunhado no nome das escolas neoclássicas faz referência quase que exclusiva à apropriação de resultados da obra original de Keynes, a exemplo da possibilidade de desemprego involuntário como característica normal do sistema capitalista, e à uma leitura incorreta da mesma, dando ênfase desnecessária a rigidez de preços e salários para a derivação do desemprego no curto prazo.

INTRODUÇÃO:

A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda foi sem dúvida uma das obras que mais suscitou citações e interpretações no campo da teoria econômica. Desde o seu lançamento diversas escolas de pensamento têm se apropriado de forma ponderadamente distinta dos conceitos contidos nesta obra e nos demais escritos de Keynes. Se por um lado os conceitos expostos na obra de Keynes, tais quais incerteza verdadeira (e a conseqüente necessidade de formulação de expectativas no quando da tomada de decisões), Princípio da Demanda Efetiva e Economia Monetária da Produção servem de instrumento para uma análise mais verossímil, por outro, a adoção seletiva ou *à la carte* destes e dos demais elementos tem desfigurado a teoria original deste autor, levando a uma explicação do *modus operandi* do sistema capitalista completamente distinta da originalmente proposta.

Na década de 1930, a realidade e a trajetória evolutiva da ciência econômica cobraram seus preços à Teoria Neoclássica. Por forças históricas, mais especificamente por uma recessão de grandes proporções e persistentemente duradoura, o modelo neoclássico de equilíbrio geral teve de ser revisto, sob o risco de ser pulverizado pelo pesar dos acontecimentos. Não era mais possível trabalhar com um modelo equilíbrio estável no nível de pleno emprego de fatores em uma realidade tão diferente daquela desejada pela teoria neoclássica. A insuficiência desta teoria para explicar diversos aspectos do funcionamento do sistema capitalista e, principalmente, para explicar e dar soluções a crise que se instaurou ainda na década de 1920, e que persistiria até o início da Segunda Guerra Mundial em alguns países, tornou óbvia a necessidade de uma nova síntese teórica. Dito isto, no ano seguinte ao lançamento da Teoria Geral, Hicks através de seu artigo *Mr. Keynes and The Classics* deu início ao que se convencionou chamar de a Síntese Neoclássica. A essência da síntese era, em última instância, buscar a compatibilização de um modelo de equilíbrio geral baseado na Lei de Say com preocupações como insuficiência de demanda efetiva e, com o conseqüente desemprego de fatores.

Em que pese o fato de que o trato dado pela síntese neoclássica à obra de Keynes tenha desfigurado por completo o corpo teórico original dos escritos deste autor, ainda assim, é possível dizer que a síntese neoclássica logrou êxito sob dois aspectos: conseguiu trazer de volta a Lei de Say como princípio orientador do sistema capitalista para dentro dos modelos ortodoxos que se seguiram e, por fim, conseguiu que o Modelo

IS-LM, por má fé ou desventura, fosse reconhecido por muitos teóricos e por muitos manuais de economia como “O Modelo Keynesiano”.

Tais quais os teóricos da síntese neoclássica, outros conseguiram o mesmo feito. Ou seja, o de receberem a alcunha de Keynesianos sem guardar, porém, qualquer proximidade teórica com os escritos originais. Foi exatamente o que sucedeu com a escola Novo-Keynesiana. Em relação a esta última, assim como no caso da síntese neoclássica, a possibilidade do equilíbrio abaixo do nível de pleno emprego de fatores está relacionada à existência de variáveis rígidas, a saber: preços e salários. A rigidez, por sua vez, seria responsável por um processo de ajuste lento do produto corrente na direção do produto potencial. Esta é a essência do desemprego no Keynesianismo ortodoxo.

Os esforços destas duas escolas “Keynesianas” para teorizar o desemprego de fatores no curto prazo foram sem dúvida alguma de grande relevância e valia, pois aproximaram a teoria econômica dos fatos observáveis. Contudo, o simples reconhecimento da possibilidade de equilíbrio abaixo do nível de pleno emprego está longe de ser condição suficiente para caracterizar uma teoria como Keynesiana. A pouca atenção a este fato acabou concedendo uma adjetivação inadequada a estas teorias. Cabe agora explicar o porquê que tais escolas não deveriam receber tais alcunhas.

O Desemprego de Fatores Segundo o Keynesianismo da Síntese Neoclássica:

A síntese neoclássica iniciada no ano seguinte da publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, e que se estendeu por mais de duas décadas em relação à este mesmo marco, gerou uma série de explicações para a ocorrência do desemprego involuntário no curto prazo. Praticamente em todos os casos as dificuldades da economia em operar no nível de plena utilização dos fatores de produção estavam relacionadas à rigidez de alguma variável econômica.

Sendo mais preciso, existem três possibilidades da ocorrência de equilíbrio abaixo do nível de pleno emprego de fatores para os modelos da síntese neoclássica; são elas: IS vertical – que representa a inelasticidade do investimento em relação à taxa de juros –, LM horizontal – onde a demanda por moeda é perfeitamente elástica a taxa de juros – e, por fim, o caso onde haja rigidez de preços e salários (LIMA, 2003).

No primeiro caso, o investimento torna-se exógeno – não havendo, portanto, a possibilidade de equilíbrio entre poupança e investimento via taxa de juros. Diante deste

fato, o produto corrente não necessariamente se igualaria ao produto potencial via ajuste no nível de investimento. Deste modo, não haveria mecanismos (neoclássicos) de mercado para garantir a igualação entre o nível de investimento corrente ao nível de poupança compatível com a renda de pleno emprego de fatores. Todavia, assim como advogam muitos dos teóricos da síntese neoclássica, um dos grandes avanços do modelo IS-LM é justamente a endogeneização do investimento. Assim sendo, a análise deste caso perde o sentido à luz da teoria de Hicks e seus seguidores.

No segundo caso, a leitura equivocada de Hicks da Teoria Geral deu origem a um modelo em que a rigidez da taxa de juros na economia impossibilitava o ajuste do produto na direção do produto de pleno emprego no curto prazo. Para este autor, o desemprego involuntário surge de uma situação tal na economia em que a política monetária não consegue modificar a preferência pela liquidez dos agentes – situação esta que se convencionou chamar de armadilha da liquidez (HICKS, 1937; FERRARI-FILHO, 2003). Ou seja, nos casos em que a demanda por moeda torna-se perfeitamente elástica a taxa de juros, não só a autoridade monetária perde o controle sobre a mesma, como a política monetária torna-se totalmente ineficaz para determinar, ou ao menos direcionar, a trajetória de acumulação de riqueza sob a forma de ativos reproduzíveis, notadamente sob a forma de investimento. Desta maneira, no curto prazo, existe a possibilidade de a taxa de juros – em seu patamar rígido – não seja compatível com o nível de investimento necessário para a obtenção do pleno emprego de fatores.

O terceiro e último caso deve ser creditado ao trabalho de Patinkin de 1956 - *Money, Interest and Prices: an integration of monetary and value theory*. Nesta obra, o autor buscou demonstrar que caso os preços e salários fossem flexíveis a economia apresentaria uma força gravitacional tendo como polo atrator o ponto de pleno emprego de fatores. Para tal, Patinkin introduziu os saldos reais como variável explicativa do nível de consumo, de modo que reduções nos preços, além de deslocarem a LM para fora – em virtude da elevação da oferta real de moeda da economia- também resultariam na elevação do consumo, deslocando a IS para fora. Ou seja, reduções no nível de preços levariam tanto a reduções dos juros, induzindo à elevações no nível de investimento, quanto a elevações no consumo agregado, em função do efeito riqueza. Deste modo, a flexibilidade de preços e salários criaria, em última instância, a demanda necessária para levar a economia para o pleno emprego.

Segundo esta última análise, a rigidez de preços e salários seria uma característica observável do funcionamento normal de uma economia de mercado no

curto prazo. É importante ressaltar que rigidez não representa uma forma de imutabilidade destas variáveis, mas apenas traduz que o ajuste de seu valor corrente na direção de seu valor de equilíbrio tende a ser lento. É justamente esta lentidão que impossibilita que, no curto prazo, o mercado se comporte segundo a lógica do *tâtonnement* do modelo de equilíbrio geral walrasiano. (FERRARI-FILHO, 2003). Assim sendo, durante o período de ajuste seria possível encontrar alguns mercados com excesso de demanda e outros com excesso de oferta. Por exemplo, toda vez que no curto prazo o salário nominal rígido resultar em um salário real acima da produtividade marginal do trabalho, haverá necessariamente desemprego de parte da força de trabalho. Esse é o cerne da explicação do desemprego involuntário dado pela síntese neoclássica de acordo com sua corrente “*desequilibrista*”¹¹.

É notável o fato de que a assimilação de elementos keynesianos pela síntese neoclássica foi indiscutivelmente concentrada na apropriação de seus resultados. Os conceitos apresentados por Keynes como a incerteza knightiana (verdadeira), Princípio da Demanda Efetiva e da Economia Monetária de Produção foram varridos para baixo do tapete, juntamente com suas implicações sistêmicas de curto e longo prazo. Basicamente, o que foi levado adiante pelos teóricos da síntese foi a hipótese de rigidez de preços e salários – da qual o próprio Keynes prescindiu ainda em sua “Teoria Geral”. Diante desta conveniente escolha do que abrir mão e do que levar para frente, a conciliação do pensamento de Keynes com o modelo de equilíbrio geral tornou-se “possível”, tendo a Teoria Geral sido reduzida a um caso específico da teoria clássica no qual a rigidez de preços e salários dificultava, ou mesmo impossibilitava o *market clearing* no curto prazo.

O Desemprego de Fatores segundo o Novo-Keynesianismo

Certamente, é mais fácil responder e aceitar as razões pelas quais esta escola recebeu a adjetivação de “novo” em seu nome do que a de “keynesiana”. Enquanto o termo “novo” remete não apenas a ideia de contemporaneidade, mas também a ideia de que alguns elementos já explorados por outras escolas vêm sendo revisitados com uma roupagem teórica distinta, o termo “keynesiano” que compõe o nome desta corrente teórica guarda muito mais semelhança com a visão já distorcida da obra de Keynes,

1 Para mais informações, ver Ferrari-Filho (2003).

apresentada pela síntese neoclássica, do que propriamente com os textos originais deste autor.

Como dito acima, a “adoção” do termo keynesiano pelos teóricos da síntese neoclássica, também conhecidos como velhos-keynesianos, tem origem em uma interpretação equivocada da obra seminal de Keynes, na qual a rigidez de preços e salários resulta no lento ajuste dos mercados no curto prazo, impossibilitando o processo de market-clearing automático. É importante ressaltar, que em nenhum momento Keynes se ancora nesta hipótese para derivar o equilíbrio abaixo da plena utilização de fatores. Deste modo, pode-se afirmar que o uso do termo keynesiano resulta, quase que exclusivamente, do reconhecimento de que sob condições de normalidade a economia tende a operar abaixo do pleno emprego, muito embora as razões apontadas para a ocorrência de desemprego sejam totalmente distintas.

Assim como os velhos-keynesianos da síntese neoclássica, os novos-keynesianos entendem a rigidez de preços e salários como característica central do sistema econômico no curto prazo. É deste fato que esta escola deriva logicamente sua teoria do desemprego de fatores. Mais uma vez, a presença de rigidez no vetor de preços da economia impede que a interação entre as forças de mercado resulte em um par preço-produção ótimo.

Diante do que foi exposto acima, a compreensão de que o termo keynesiano concedido a escola novo-keynesiana surge como uma herança teórica da síntese neoclássica parece ser a interpretação mais acertada. Cabe agora explicar o que há de novo nesta análise.

A originalidade, neste caso, fica a cargo da preocupação com microfundamentação do comportamento dos agentes econômicos causador da rigidez de preços e salários. A busca pela teorização do comportamento dos agentes pode ser entendida como uma resposta direta a uma das principais críticas da escola novo-clássica endereçada aos velhos-keynesianos. Segundo Mankiw & Romer (1990): “*Os economistas novo-clássicos afirmavam, de forma persuasiva, que a economia Keynesiana era teoricamente inadequada, e que a macroeconomia precisa ser construída sobre uma base microeconômica sólida*”. É notável o fato de que a evolução do modelo velho-keynesiano para um modelo novo-keynesiano deve ser caracterizada não por uma maneira distinta de derivar o desemprego de fatores no curto período, mas sim por uma alteração metodológica do processo de explanação.

Para a escola novo-keynesiana, o ponto central levantado por Keynes em sua Teoria Geral é a presença de rigidez de preços e salários na economia. Ao internalizar a crítica acima, esta escola passou a dedicar uma atenção considerável para demonstrar que a rigidez das referidas variáveis se origina do comportamento otimizador dos agentes econômicos, sendo, portanto, perfeitamente racional. Para provar tal ponto, foi desenvolvida uma série de modelos explicativos para existência desta falha de mercado, com destaque para: o modelo de custo de menu e de falha de coordenação, o modelo insider-outsider e o modelo salário de eficiência.

O primeiro modelo em questão busca explicar as razões para a rigidez do vetor de preços no curto prazo. Neste modelo, assume-se a hipótese de que as firmas estabelecem seus preços – através de *mark-up* – antecipadamente ao período de mercado, ou seja, suspende-se a hipótese de que o mercado opere necessariamente em concorrência perfeita. Ocorre, pois, que diante de uma alteração na demanda de um determinado bem em cuja estrutura do mercado relevante é ou monopolizada ou oligopolizada – não havendo, portanto, a necessidade de se supor firmas *price-takers* -, tais firmas podem decidir não alterar seus preços, desde que o custo de remarcação supere o benefício da alteração dos mesmos. Em suma, existe a possibilidade de que, por exemplo, uma remarcação negativa dos preços ante uma redução da demanda por um bem seja menos lucrativa do que a perda pela manutenção do nível de preços preexistente à alteração sofrida na demanda pelo referido bem.

Além dos custos com etiquetagem, o custo de alteração de preço deve incluir as despesas com campanhas para informar os clientes, o custo referente ao tempo gasto para discutir a alteração no preço, uma potencial perda de prestígio junto aos consumidores, que podem julgar as alterações positivas no preço como um comportamento “oportunista” das empresas, bem como o custo associado à possibilidade de uma redução de preços gere uma guerra de cortes de preços com as demais firmas. Se a soma de todos estes custos for suficientemente elevada de modo a superar os benefícios da alteração dos preços, o vetor de preços deste mercado será rígido no curto prazo.

Deste modo, quando a demanda varia e os custos de remarcação são suficientemente elevados, o ajuste de mercado é feito através da redução da quantidade produzida, gerando, portanto, o desemprego de fatores. Contudo, no caso em que os preços fossem perfeitamente flexíveis, uma alteração na demanda seria ajustada no mercado via preços, e não via quantidade. A alteração no nível geral de preços da

economia, por sua vez, resultaria em uma variação nos saldos monetários reais, que via efeito riqueza anularia o efeito da alteração inicial na demanda agregada (SICSÚ, 2003).

Outra explicação dada para a existência de rigidez de preços é ofertada pela abordagem das *falhas de coordenação*. É razoável supor que, segundo a teoria Novo-Keynesiana, se uma dada redução na demanda fosse acompanhada por uma redução generalizada nos preços, os custos sociais do ajuste seriam mínimos. Contudo, ao tomar decisões, uma firma leva em consideração como as demais firmas reagirão a sua decisão e, qual deve ser a sua escolha diante das possíveis escolhas das demais firmas. Ou seja, as decisões das empresas em relação a precificação de seus produtos se desenvolve em um contexto de interação estratégica. É justamente por conta deste fato que a redução de preços, apesar de ser a solução menos custosa, tende em muitos casos a não ser a opção adotada, pois reduzir preços sem que as demais firmas também o façam pode gerar uma perda de mercado para a firma que tomou tal iniciativa. Este problema pode ser facilmente entendido, à luz da teoria dos jogos, através do dilema dos prisioneiros. De acordo com esta teoria, cada firma sabe que as demais sabem que a redução de preços é uma estratégia estritamente dominada e, portanto, não será escolhida, muito embora a redução de preço por ambas as firmas conduza a economia a um *payoff* superior – em termos de bem-estar ou de lucro – às demais opções. O resultado deste jogo é obviamente um equilíbrio sub-ótimo.

Macroeconomicamente, dada uma redução da demanda, as decisões de não redução de preço resultantes do processo de interação estratégica, ao provocar um ajuste de mercado via variação negativa da oferta, pode produzir em termos agregados um processo recessivo. Assim sendo, a origem do desemprego de fatores está nas falhas de coordenação na tomada de decisões da firma, e não na insuficiência da demanda *per se*.

No que diz respeito a rigidez dos salários, uma explicação que ganhou bastante espaço na teoria novo-keynesiana foi a do *salário de eficiência*. Neste modelo, assume-se que o trabalho não é um bem homogêneo e que o nível de esforço dos trabalhadores de uma firma varia diretamente de acordo com o salário real. Ou seja, reduções no salário costumam gerar uma queda na produtividade dos trabalhadores, acarretando uma redução na produção e, por conseguinte, nos lucros da própria firma (FERRARI – FILHO, 2003). Neste caso, a rigidez de salários está intimamente ligada ao temor de que reduções salariais possam vir acompanhadas de quedas nos lucros, por isso as firmas relutam em tomar tal medida. É importante notar, que as reduções salariais não geram queda nos lucros via demanda efetiva, ou seja, via redução do consumo

agregado, mas sim pela redução do nível de esforço dos trabalhadores. Apesar de em termos práticos o efeito da queda de salários ser o mesmo - a saber: queda nos lucros, tudo mais constante - as razões para a variação negativa no rendimento do capital são totalmente distintas para Keynes (e Pós-Keynesianos) e para os Novos-Keynesianos.

Já segundo o modelo *insider-outsider*, o mercado de trabalho tende a ser constituído por dois grupos de indivíduos: insiders – indivíduos empregados com grau de qualificação geralmente maior e sindicalizados – e outsiders – indivíduos involuntariamente desempregados e com baixo grau de organização política e sindicalização. A rigidez de salários neste caso fica a cargo da participação dos sindicatos. Quedas nos salários e demissões em massa tendem a ser prontamente recusadas pelas associações de trabalhadores, sob a ameaça de greves. É importante notar, que como os outsiders estão “involuntariamente” desempregados², os indivíduos pertencentes a este grupo aceitariam trabalhar ao salário corrente ou até mesmo a níveis mais baixos de salário. Certamente as firmas ganhariam caso substituíssem os insiders por outsiders, desde que fossem desconsideradas a forte atuação dos sindicatos, a desorganização política dos trabalhadores desempregados e, por fim, o custo de treinamento associado à novas admissões. O encadeamento de causalidades aqui é direto: caso não houvesse sindicalização e custo de treinamento para novos funcionários, os salários se ajustariam mais rapidamente - ou há quem diga automaticamente. Se os salários se ajustam automaticamente no mercado de trabalho, o volume de emprego gerado é compatível com a maximização da utilidade dos trabalhadores, ou seja, todos que desejam trabalhar ao salário corrente se encontram devidamente ocupados.

Deste modo, a estrutura política do mercado de trabalho é um fator preponderante para a geração de viscosidade no ajuste dos salários. A dificuldade que esta variável tem em ajustar-se ao seu valor de equilíbrio no curto prazo é o próprio mecanismo de transmissão da organização política deste mercado para o desemprego de fatores, mais especificamente o de mão-de-obra.

2 Na realidade, como será exposto no próximo tópico, o desemprego baseado na viscosidade do vetor de preços e salários mais se assemelha ao que se convencionou chamar de desemprego friccional do que ao que Keynes chamou de desemprego involuntário.

O Desemprego de Fatores segundo os Pós-Keynesianos:

Durante algumas passagens da “Teoria Geral”, Keynes se utilizou da rigidez de preços e salários enquanto buscava explicar o que havia de novo em sua teoria. Apesar desta hipótese simplificadora aproximar a teoria deste autor do mundo real, em nenhum momento a aceitação da presença de rigidez em qualquer uma destas variáveis figurou como condição necessária para que o desemprego involuntário emergisse. A infelicidade de Keynes ao assumir tal hipótese foi ter a sua teoria desfigurada por interpretações que alegavam que a rigidez no vetor de preços e salários da economia era um fato central para a derivação do equilíbrio aquém do produto potencial e do consequente desemprego involuntário, em que pese o fato de que a natureza deste desemprego em pouco se diferia daquela proposta por Pigou, tal qual evidencia o trecho abaixo:

O desemprego, existente em qualquer momento, se deve integralmente às condições da demanda [por trabalho] que variam de maneira contínua e às resistências friccionais que impedem a realização imediata dos ajustamentos correspondentes nos salários. (*Apud*: Keynes, 1936, pp.216)

Sob certos aspectos, o desemprego derivado da rigidez de preços e salários se assemelha muito mais ao desemprego friccional do que ao desemprego involuntário. Enquanto o primeiro se deve a “*certas imperfeições de ajustamento que impedem um estado contínuo de pleno emprego*” – tal qual ressalta Keynes (1936) –, o segundo resulta de uma insuficiência da demanda em absorver a mão-de-obra disposta a trabalhar ao nível corrente de salários. Tendo sido feita a breve distinção entre a natureza destes dois tipos de desemprego e tendo sido exposta no tópico anterior as razões para a fricção no ajuste do nível de emprego, cabe agora resgatar os elementos explicativos para ocorrência do desemprego involuntário.

Um dos aspectos inovadores da teoria de Keynes foi a introdução do conceito de incerteza verdadeira em sua análise sobre a tomada de decisões dos agentes. A incerteza verdadeira assume uma clara conotação de improbabilidade, não podendo, portanto, ser reduzida a um mero exercício de cálculo dos riscos associados a uma escolha que tem uma probabilidade menor que a unidade de ocorrer. É, pois, impossível prever com exatidão, sem uma considerável dose de acaso e sorte, o estado de negócios futuro da economia. Porém, como a inercia não é uma opção economicamente válida, os agentes não tem alternativa que não a formulação de expectativas quanto ao curso das variáveis

que julgam importantes no momento da tomada de decisões, dada as informações disponíveis.

A frustração de expectativas é algo comum na economia descrita por Keynes. A cada frustração os agentes econômicos buscam corrigir suas expectativas numa sucessão de tentativas e erros. A complexidade do ajuste das expectativas reside no fato de que não existe possibilidade de aprendizado. Uma determinada decisão levada a cabo no período corrente, seja ela acertada ou não, carrega consigo a semente desestabilizadora dos valores de longo período de diversas variáveis para as quais foram formuladas expectativas anteriormente. Tal qual ressalta Robinson (1969): *“Uma dada situação de curto período contém dentro de si a tendência para a mudança de longo período”*. Existe, portanto, uma irreversibilidade do tempo dada a tomada de decisões, de modo que uma vez levadas a cabo, torna-se impossível reestabelecer as condições preexistentes. Deste modo, tatear o mercado não garante a aproximação das expectativas dos agentes em relação aos valores reais das variáveis econômicas, apenas evidência a cegueira dos mesmos em relação ao curso futuro dos eventos quando se trata de uma economia monetária.

É justamente neste cenário de improbabilidades que a retenção de moeda como forma de acumulação de riqueza ganha sentido próprio. Dado um ambiente contaminado pela incerteza, as características da moeda aliadas às funções desempenhadas pela mesma - como unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento - tornam-na um ativo desejável na decisão de composição de portfólio dos indivíduos. As razões para desejá-la não se restringem apenas ao seu papel na intermediação de trocas, tal qual o mundo descrito pela Lei de Say. Seguramente, o fato de todos os contratos entre as partes serem denominados em moeda, torna sua aceitação geral, conferindo-lhe liquidez máxima. Outro aspecto vital para entender a desejo pela retenção deste ativo reside em sua capacidade de transportar no tempo o poder de compra. Em suma, na elaboração de Keynes, a moeda representa a liberdade das ações econômicas para aqueles que a detém.

O fato da tomada de decisões dos agentes quanto à composição de seus portfólios considerar a moeda como ativo desejado implica na rejeição da ideia da neutralidade da moeda, tanto no curto quanto no longo período, dando início ao que Keynes (1973) chamou de Economia Monetária, termo precisamente definido no trecho que segue:

A teoria que eu desejo lidar [...] com uma economia na qual a moeda tem papel próprio e afeta motivos e decisões e é, obviamente, um dos fatores operativos na situação, de maneira que o rumo dos eventos não pode ser previsto, tanto no longo período quanto no curto, sem o conhecimento do comportamento da moeda entre o primeiro estado e o último. E é isso que nós devemos querer dizer quando falamos de uma economia monetária. (*ibid.* pp. 408-9)

A chave para compreender as oscilações no nível de emprego e produto na economia capitalista sob a ótica de Keynes e dos Pós-Keynesianos é dada pela relação entre incerteza verdadeira e acumulação em uma economia monetária e suas consequências para o nível de demanda efetiva. Para estes autores, a impossibilidade de prever cenários, seja por conta da capacidade cognitiva dos agentes econômicos, seja pela indisponibilidade de informações no quando da tomada de decisões, faz com que estes procurem na moeda um refúgio para suas inquietudes em relação ao estado de negócios futuro da economia. A preferência por ativos líquidos é, pois, um comportamento defensivo padrão em situações onde o nível de incerteza extravasa limites considerados aceitáveis, a partir dos quais os agentes tem pouca ou nenhuma propensão a imobilizar sua riqueza sob a forma de bens de capital. Portanto, em uma economia monetária de produção, o nível, o ritmo e a forma de acumulação dependem fortemente da percepção dos agentes sobre estado de incerteza, da formulação de expectativas em resposta à este último e do estado de confiança que os mesmos depositam sobre seus prognósticos.

O Princípio da Demanda Efetiva, por sua vez, é a peça que faltava no quebra-cabeça lógico da derivação do desemprego tal qual presente no pensamento de Keynes. De forma simplificada, o este princípio pode ser exposto como segue: em qualquer transação econômica, só existe uma única decisão autônoma; a de gastar. De forma análoga, seja Z o preço de oferta agregada da produção decorrente do emprego de N trabalhadores e D o produto que os empresários esperam receber ao empregar um número N de homens. A relação entre Z e N é chamada de função de oferta agregada e a relação entre D e N é denominada de função de demanda agregada. O preço de oferta agregada da produção resultante do emprego de N trabalhadores é igual ao valor exatamente suficiente para que os empresários julguem vantajoso oferecer o nível de emprego em questão. Assim sendo, toda vez que para um determinado valor de N o produto esperado exceder o preço de oferta, haverá um incentivo para que os empresários elevem o nível de emprego. As decisões de quanto produzir e quanto de mão-de-obra empregar a serem trazidas a cabo por cada empresário devem se apoiar em suas expectativas acerca do tamanho da demanda agregada (D), mais precisamente

sobre o nível de consumo (D_1) e investimento (D_2). Assumindo que $D_1 + D_2 = D(N) = Z(N)$, onde D_1 também é uma função de N , a saber $C(N)$, então $Z(N) - C(N) = D_2$. Ou seja, elevações no nível de emprego resultam em elevações na renda agregada e, dada a “psicologia da comunidade”, em elevações de menor grau no consumo agregado. “Dessa maneira, para justificar o volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso de produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível.” (KEYNES, 1936). Ainda segundo Keynes (1936), “esta é a essência da Teoria Geral do Emprego”.

De acordo com esta exposição, torna-se claro o fato de que qualquer que seja o nível de salário – independentemente de se exposto em termos monetários ou de poder de compra – o volume de mão-de-obra empregada em um dado período de tempo depende das expectativas de vendas de cada empresário. Assim sendo, o nível de emprego na economia passa a ser determinado no mercado de bens – de acordo com as expectativas dos empresários – e não mais no mercado de trabalho, tal qual propunha a teoria clássica. Neste caso, o pleno emprego ocorreria não como resultado da perfeita flexibilidade de preços e salários – que ao gerar um salário real de equilíbrio, através da interação entre oferta e demanda por mão de obra equilibraria o mercado de trabalho –, na realidade, tal fenômeno só poderia acontecer quando as expectativas dos empresários sobre a demanda no período de mercado fossem tal que estes desejassem contratar o volume de trabalhadores compatível com o nível de plena utilização dos recursos.

CONCLUSÃO:

Como visto acima, o desemprego de fatores tanto para os velhos-keynesianos quanto para os novos-keynesianos não é explicado pela insuficiência de demanda em si, mas sim pela persistência do hiato de produto no curto prazo, provocada pelo lento deslocamento dos preços e salários na direção de seus valores de equilíbrio. Ante o fato, pode-se dizer que o reconhecimento de equilíbrio abaixo do pleno emprego não é condição suficiente para caracterizar a teoria como Keynesiana. Tal qual ressalta Ferrari-Filho (2003) sobre a teoria novo-keynesiana, mas que pode ser facilmente estendida para o caso dos velhos-keynesianos :

“[...] o desemprego involuntário Keynesiano é analisado, não sob a ótica da insuficiência de demanda efetiva, explicada pela natureza monetária, mas como

decorrência da hipótese de inflexibilidade de preços e salários. Em outras palavras a teoria novo-keynesiana é uma teoria “keynesiana” sem demanda.” (*ibid.* pp.288)

Vale dizer que os modelos defendidos por estas escolas são consideravelmente semelhantes no que tange as razões para a ocorrência de equilíbrio aquém do nível de pleno emprego. Em ambos os casos a rigidez nos preços e a rigidez nos salários impossibilitam a ocorrência do market-clearing no curto prazo. Contudo, no longo prazo, período no qual inexistente tal rigidez, o mercado constituiria um mecanismo eficiente de estabilização e alocação econômica. A grande diferença entre as duas escolas ficou por conta da excessiva busca pela microfundamentação, por parte da escola novo-keynesiana, do comportamento dos agentes econômicos responsável por gerar a rigidez nos preços e salários na economia.

Já a compreensão do desemprego involuntário para Keynes e para os Pós-Keynesianos passa pela relação entre acumulação de riqueza e incerteza – tratando-se de uma economia monetária da produção. Sob certas condições, o nível de incerteza pode extravasar os limites aceitáveis para que a acumulação se dê sob a forma de novos investimentos. A relutância de parte do empresariado em imobilizar uma parcela de seus recursos sob a forma de bens de capital tem consequências diretas sobre o nível de demanda efetiva. De fato, toda a vez que os recursos não consumidos procurarem refúgio em ativos não reproduzíveis pelo trabalho, a demanda será necessariamente insuficiente para que se atinja o produto de pleno emprego (DAVIDSON, 2003). O grande problema em se atingir o pleno emprego em uma economia monetária é que dificilmente as expectativas dos agentes resultam em uma trajetória de acumulação de riqueza sem vazamentos para o sistema financeiro. Este fato pode até ocorrer, mas certamente não descreve o funcionamento normal de uma economia monetária. Portanto, a situação de pleno emprego é sim o caso específico em uma economia de mercado, enquanto o caso geral é dado pela economia operando com algum nível de desemprego (involuntário).

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, F.J.C. Keynes e o longo período. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

DAVIDSON, P. Resgatando a Revolução Keynesiana. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

FERRARI FILHO, F. “Keynesianos”, Monetaristas, Novos-Clássicos e Novos-Keynesianos: Uma Leitura Pós-Keynesiana. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

HICKS, J. Mr Keynes and the “Classics”: a Suggested Interpretation. In: *Econometrica*, v.5, pp. 145-59, abr/1937.

KEYNES, J.M. (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Editora Atlas. São Paulo, 1992.

KEYNES, J.M. *The Collected Writings*. Cambridge: Macmillan, 1973.

LIMA, G.T. O Império Contra-Ataca: A Macroeconomia de Keynes e a Síntese Neoclássica. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

OREIRO, J.L. (2011). *Economia Pós-Keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros*.

PATINKIN, D. *Money, Interest and Prices: an integration of monetary and value theory*. Nova York, Row, Peterson and Co, 1956.

POSSAS, M.L. Para uma Releitura Teórica da Teoria Geral. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

ROBINSON, J. *The accumulation of Capital*. 3.ed. Londres, Macmillan, 1969.

SICSÚ, J. Keynes e os Novos-Keynesianos. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. *Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo*. Editora Manole, 2003.

SNOWDON, B. & VANE, H (2005). *Modern Macroeconomics: its origins, development and current state*. Cheltenham: Edward Elgar.